

DIMENSÃO ÉTICA NOS OBJETIVOS DO INQUÉRITO À ARQUITETURA REGIONAL PORTUGUESA

FRANCISCO MANUEL PORTUGAL E GOMES*

Resumo: Antes da realização do «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa» (1955-1958), Keil do Amaral e Arménio Losa fizeram uma «viagem exploratória» ao norte de Portugal, para estudar as técnicas tradicionais de construção. A partir da documentação fotográfica e de um índice de temas dessa viagem, este artigo aborda a evolução da definição dos «aspectos» em que o inquérito deveria fundamentalmente incidir. A análise à documentação do Inquérito identificou duas classes de objetivos – secundários e principais – que correspondiam a duas dimensões complementares: pedagógica e ética. Os objetivos principais provocavam uma rutura com o nacionalismo e a moral vigente. A dimensão ética tinha na sua base um ideal de liberdade de expressão que possibilitaria uma «actualização de concepções» e o surgimento dum novo regionalismo humanista.

Palavras-chave: Arquitetura regional; Inquérito; Métodos de Investigação; Ética.

Abstract: Before the «Survey on the Portuguese Regional Architecture» (1955-1958), Keil do Amaral and Arménio Losa made an “exploratory trip” to the north of Portugal, to study traditional building techniques. From the photographic documentation and an index of topics of that trip, this article discusses the evolution of the definition of the «aspects» in which the survey should primarily focus on. The analysis of the documentation of this investigation identified two classes of objectives – secondary and primary – corresponding to two complementary dimensions: pedagogical and ethical. The main objectives caused a break with nationalism and prevailing moral. The ethical dimension had at its base an ideal of freedom of expression that would enable an «update of conceptions» and the emergence of a new humanist regionalism.

Keywords: Regional Architecture; Inquiry; Research Methods; Ethics.

* DARQ – Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. fpg.arquitecto@gmail.com.

1. A «VIAGEM EXPLORATÓRIA»

Antes da realização do «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa» (1955-1958), promovido pelo SNA-Sindicato Nacional dos Arquitetos, Francisco Keil do Amaral (1910-1975) e Arménio Losa (1908-1988), fizeram uma viagem ao Norte de Portugal que durou cerca de uma semana. Ambos eram da mesma geração. Losa apenas dois anos mais velho do que Keil. Os dois arquitetos mantinham uma amizade que se estendia às suas famílias¹. Pitum Keil do Amaral (n. 1935) – na ocasião com cerca de 18 anos – acompanhou o pai, Francisco Keil do Amaral, e designou a experiência de «viagem exploratória». Recordou-a deste modo:

Essa viagem foi poucos anos antes do Inquérito. Foi uma espécie de ensaio. (...). Sem grande rigor diria que foi realizada em 1953/54. Depois o Arménio Losa nem sequer entrou no Inquérito. Tinha os seus trabalhos no ateliê².

Pitum Keil do Amaral não estabeleceu qualquer relação entre essa viagem e a recolha de material para a realização da *Exposição Demonstrativa das Técnicas Tradicionais da Construção Portuguesa* que estava programada para ser apresentada no III Congresso da UIA – União Internacional dos Arquitetos que se realizou em Lisboa, em 1953. A incógnita do ano da viagem coloca óbvias dificuldades no entendimento dos seus objetivos. Terá sido programada para recolha de informação e documentação para a *Exposição Demonstrativa de Técnicas Tradicionais da Construção Portuguesa*? Ou foi pensada após o congresso para preparar um inquérito há muito desejado? Apesar de ser mais plausível que possa ter ocorrido depois, não é sensato, para já, excluir a possibilidade que Keil do Amaral tenha programado fazer a viagem antes daquele evento. A partir do arquivo pessoal (fotográfico e documental) do arquiteto Arménio Losa, na posse da sua família, não foi possível encontrar documentação que possa datar a viagem com precisão³. Segundo Pedro Ramalho (2015) a relação de amizade entre Keil do Amaral e Arménio Losa aprofundou-se durante o III Congresso da UIA. Ambos tiveram ali a oportunidade de partilhar ideias, constatar pontos de vista comuns sobre a situação política e social do país

¹ As duas famílias reuniam-se. Ilse Lieblich Losa (1913-2006), (escritora e esposa de Arménio Losa), era amiga de Maria Keil (pintora e esposa de Francisco Keil do Amaral). Pitum Keil do Amaral fez as ilustrações do livro do *Aqui havia uma casa*, (1955), de Ilse Losa. Os filhos de ambos os casais também eram amigos.

² AMARAL, Francisco Pires Keil do (2010/2015) – *Conversa com o arquiteto Pitum Keil do Amaral a propósito do «Inquérito a Arquitetura Regional Portuguesa»* – Entrevistas de Francisco Portugal e Gomes, Canas de Senhorim, 2010 / 2015, p. 2. AFPG – *Arquivo Francisco Portugal e Gomes*, Porto.

³ Informação prestada telefonicamente pelo Arq. Pedro Ramalho, no dia 21 de outubro de 2015, após envio de e-mail para o Arq. Pedro Ramalho, 1 de outubro, 2015, a solicitar a confirmação da data da viagem de Keil do Amaral e Arménio Losa ao Norte de Portugal.

e o papel da arquitetura na sociedade⁴. O aprofundamento da amizade entre os dois arquitetos nesse congresso pode justificar que a viagem de ambos ao Norte de Portugal tenha ocorrido, não em 1953, mas em 1954. Porém, até à presente data, não foi possível confirmar esta hipótese através de documentos. Pedro Ramalho sugere que o que pode justificar que Arménio Losa tenha estado ao lado de Keil do Amaral nessa viagem era a amizade profunda que os unia, e que Arménio Losa não estava particularmente interessado nas questões relacionadas com a arquitetura regional ou vernácula, mas sim com matérias internacionais, sobretudo ligadas ao urbanismo e à aplicação da «Carta de Atenas»⁵. Com efeito, Arménio Losa também estava atento e preocupado com os problemas da habitação em Portugal. Na comunicação que apresentou no III Congresso da UIA denunciou as más condições de habitação em Lisboa e no Porto, a ausência de uma Política de Habitação da parte do Estado, reclamando a habitação como um direito de todas as pessoas. Segundo Ana Tostões, «Francisco Keil do Amaral acreditava na urgência de fazer corresponder uma Arquitetura verdadeira, moderna, “do nosso tempo”, à vida: (...)»⁶. Keil do Amaral foi um apaixonado pela Holanda; a primeira fase do seu trabalho é inspirada pela arquitetura de W. Dudok (1884-1974).

Independentemente da questão da data, a verdade é que a viagem foi realizada num período já relativamente próximo do arranque do Inquérito. Este artigo coloca a hipótese do índice de temas da «viagem exploratória» estar na origem dos sete «aspectos» do Inquérito. A partir da análise de um conjunto de documentos que existe na Ordem dos Arquitetos verifica-se que ocorre uma evolução da formulação daqueles *aspectos*, deste o índice de temas da viagem até à redação final em «Objetivos do Inquérito e Normas para a sua realização», documento orientador entregue às seis equipas antes de iniciarem os trabalhos de campo.

2. A DOCUMENTAÇÃO DA «VIAGEM EXPLORATÓRIA»

Da «viagem exploratória» resultou documentação que se encontra atualmente no AML – Arquivo Municipal de Lisboa, *Espólio Keil do Amaral*⁷ (Fig. 1), mas que

⁴ Informação prestada telefonicamente pelo Arq. Pedro Ramalho, 1 de outubro, 2015, a propósito da data e dos motivos da viagem de Keil do Amaral e Arménio Losa ao Norte de Portugal.

⁵ Informação prestada telefonicamente pelo Arq. Pedro Ramalho, 21 de outubro de 2015, após envio de e-mail para o arquiteto Pedro Ramalho, 1 de outubro, 2015, a solicitar a confirmação da data da viagem de Keil do Amaral e Arménio Losa ao Norte de Portugal.

⁶ TOSTÕES, 2013: 8.

⁷ Documentação encontrada no AML – *Espólio Keil do Amaral*, contendo oito folhas com títulos e quarenta folhas com colagens fotográficas, em consulta efetuada no dia 23 de dezembro de 2014. As digitalizações da documentação (PDF) efetuadas pelo AML foram recebidas através de e-mail, a 10 de março de 2015.

não está catalogada como sendo documentação de uma viagem, ou estudo⁸. Em consultas bibliográficas não foi encontrada qualquer referência à existência de uma «viagem exploratória» anterior ao “Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa”, e não se conhece qualquer texto ou ensaio que tenha analisado este material, o que por si só coloca problemas acrescidos na sua interpretação. A documentação é constituída por quarenta e oito folhas em cartolina, com aproximadamente 21 x 25 cm; quarenta têm fotografias e oito têm títulos⁹. Regra geral do primeiro conjunto, cada folha tem duas fotografias coladas no lado direito. Contudo, há cinco com apenas uma fotografia. No segundo conjunto, cada folha tem em cima um título datilografado a preto que corresponderia ao *aspecto* fotografado. Os títulos agrupados formam um índice dos temas aparentemente fotografados que se podem organizar com esta sequência:

I – Os Materiais da Região

A – Paredes

B – Coberturas

C – Pavimentos

II – Influências do Clima

III – Influências da Economia

V – Hábitos e Outros Fatores Condicionantes

VI – Valorização Estética dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos

(De referir que falta a folha “IV”.)

Com relativa facilidade podemos associar várias folhas a cada um dos aspetos do índice. Noutros casos essa relação não é clara. A grande maioria das folhas apresenta um par de fotografias ligadas por afinidades, como aquelas que impelem determinados minerais a unir-se e outros a repelirem-se; o que introduz outro fator na visualização que perturba a simples leitura linear expressa em cada título do índice – o da comparação de duas imagens – onde somos interpelados a examinar duas fotografias coladas na mesma folha para encontrar motivos semelhantes, ou

⁸ Pitum Keil do Amaral confirmou que se trata de material recolhido durante a viagem a Trás-os-Montes, realizada em 1953, ou 1954. Tudo indicando que se trata de um ensaio embrionário que antecedeu a realização do «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa», abrindo novas possibilidades interpretativas quanto à origem da definição dos seus «aspectos» de análise.

⁹ As folhas estão soltas, nada têm escrito, ou colado no verso e originalmente não se encontravam numeradas. Duas têm a indicação «Minho» e numa surge «Trás-os-Montes». Para além destas legendas, não existe indicação precisa da localização dos edifícios e dos conjuntos fotografados, nem existem outras legendas ou observações. Às imagens obtidas na região de Trás-os-Montes, acrescentam-se fotografias obtidas nas cidades do Porto, Guimarães, Braga e Amarante.

diferentes. Seguindo esse critério podemos agrupar as folhas de acordo com os seguintes temas:

Conjuntos urbanos com várias habitações, folha “62” (Miragaia, Porto e Praça de São Tiago, Guimarães)

Casas com varandas recuadas, folhas “48”, “59”

Casas com varandas projetadas, folhas “58”, “77”

Espigueiros e sequeiros, folhas “53”, “54”, “65”, “72”, “81”

Cruzeiros com a representação de Cristo, folhas “60”, “69”

Casas com portas currais, folha “62”

Coberturas, folhas “50”, “70”

Revestimentos em azulejo, folhas “51”, “75”

Alvenarias de pedra, folhas “49”, “76”, “83”

Pavimentos urbanos, folhas “61” e “63”

Casas com galerias envidraçadas, folhas “64”, “71”

Etc.

As montagens evidenciam certas semelhanças, ou, diferenças, em cada par de imagens, reforçando simultaneamente as afinidades e as particularidades dos conjuntos edificados e dos edifícios possibilitando novas leituras interpretativas que cada imagem por si, isoladamente, não comporta. Face à circunstância da documentação ser facilmente manuseável pode indicar tratar-se de material pensado para eventualmente ser exposto, colocado sobre uma mesa, ou prancheta¹⁰. Por outro lado, o tamanho das folhas, o seu layout gráfico e o aspeto geral da documentação mais se assemelha a uma maquete de um livro. O que pode indicar que se trataria de um ensaio de aplicação da metodologia a «inquirir» e de um teste à possibilidade daqueles «aspectos» fotografados gerarem um livro. Keil do Amaral esteve obsessivamente preso a essa ideia¹¹.

¹⁰ As folhas não têm furação para dossier e as fotografias estão coladas unicamente na frente das folhas.

¹¹ Keil do Amaral escreveu o seguinte, em 1947: *Trata-se da recolha e classificação de elementos peculiares à arquitetura portuguesa nas diferentes regiões do País com vista à publicação de um livro, larga e criteriosamente documentado, onde os estudantes e técnicos da construção pudessem vir a encontrar as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável. Exatamente assim: – honesto, vivo e saudável.* In «Uma Iniciativa Necessária», revista «Arquitetura», ano XX, 2ª série nº 14, abril de 1947.



Fig. 1. Montagens fotográficas sobre cartolina, documentação da «viagem exploratória» (1953-1954?), AML- *Espólio Keil do Amaral*, Ref PT-AMLSB-FKL-01-03, folhas 44-52.

3. EVOLUÇÃO DOS «ASPECTOS»

Os «aspectos» em que o Inquérito deveria fundamentalmente incidir aparecem, com ligeiras variações, em pelo menos quatro documentos que se encontram no AIARP/APP. Se somarmos o índice da «viagem exploratória» obtemos cinco esquemas que podemos comparar: O quadro que apresenta cada um desses esquemas (ver Fig. 2) foi ordenado de acordo com um critério cronológico: 1- Viagem Exploratória; 2- Manuscrito de Keil do Amaral; 3 – Carta ao Ministro das Obras Públicas; 4 – Planificação; 5- Objetivos do Inquérito e Normas Para a Sua Realização.

Viagem exploratória 1	Manuscrito de Keil do Amaral 2	Carta ao Ministro das O. Públicas 3
I - Os Materiais da Região A - Paredes B - Coberturas C - Pavimentos II - Influências do Clima III - Influências da Economia (1) V - Influências e Outros Factores Condicionantes VI - Valorização Estética dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos	I - Materiais e Processo Correntes de Construção ⁽²⁾ II - Estrutura / (ção) Urbana ⁽³⁾ III - Influências do Clima IV - Influências das Condições Económicas V - Influências da Organização Social VI - Hábitos/ (Costumes) e Outros ⁽⁴⁾ Factores Condicionantes VII - Valorização Plástica dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos	I - Materiais e Processo Correntes de Construção II - Estruturação Urbana III - Influências do Clima IV - Influências das Condições Económicas V - Influências da Organização Social VI - Costumes, Hábitos e Outros Factores Condicionantes VII - Valor Plástico dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos ⁽⁵⁾
Planificação 4	Objectivos do Inquérito e Normas... 5	Notas
I - Materiais e Processo Correntes de Construção II - Estruturação Urbana III - Influências do Clima IV - Influências das Condições Económicas V - Influências da Organização Social VI - Costumes, Hábitos e Outros Factores Condicionantes VII - Expressão e Valor Plástico dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos	I - Materiais e Processo Correntes de Construção II - Estruturação Urbana III - Influência das Condições do Clima ⁽⁶⁾ IV - Influência das Condições Económicas V - Influência da Organização Social VI - Costumes, Hábitos e Outros Factores Condicionantes VII - Expressão e Valor Plástico dos Edifícios e dos Aglomerados Urbanos	1 (1) Falta a folha número IV 2 (2) A palavra (Processo) substituiu a palavra Técnicas (3) Acrescentada sílaba (ção) à palavra Estrutura (4) Acrescentada a palavra (Costumes) 3 (5) Rasurado (zação) na palavra Valorização, ficando Valor 5 (6) No enunciado do texto aparece (Condições Geográficas), em vez de (Condições do Clima). No esquema mantém-se Condições do Clima.

Fig. 2. Quadro comparativo com a evolução do esquema dos aspetos em que o inquérito deveria incidir.

Por si só, e sem necessidade de grandes explicações, o quadro revela o processo evolutivo de fixação dos «aspectos» de análise. Tentando abreviar o essencial dessa evolução dir-se-á que o manuscrito¹² de Keil do Amaral (ver Fig. 3) é uma

¹² Manuscrito “O INQUÉRITO DEVE INCIDIR, FUNDAMENTALMENTE, SOBRE OS SEGUINTEs ASPETOS”, AIARP/APP – *Ordem dos Arquitectos*, Lisboa.

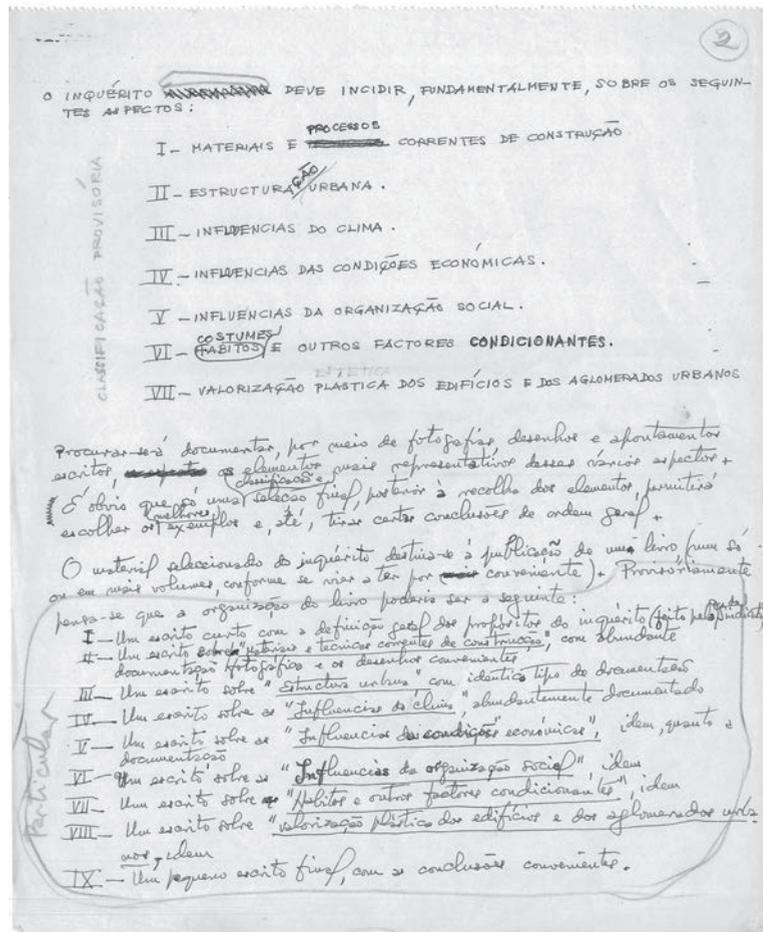


Fig. 3.
Manuscrito de
Keil do Amaral,
(1954/1955), AIARP/
APP -, Ordem dos
Arquitetos, Lisboa.

redefinição dos temas apontados no índice da «viagem exploratória». No manuscrito surgem pela primeira vez enunciados os «aspectos», ou critérios a observar durante o Inquérito¹³. O número final surge a partir da soma 6 + 1. Isto é, aos seis títulos da «viagem exploratória» Keil do Amaral acrescentou *Estruturação*

¹³ No manuscrito Keil do Amaral acrescentou a anotação “CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA” (a lápis vermelho), à definição inicial dos sete “aspectos” sobre os quais o inquérito deveria incidir. A classificação deveria ser resultado do tratamento e sistematização dos dados da recolha. Ou seja, os “aspectos” da recolha – naquele momento ainda numa configuração provisória – iriam determinar uma classificação posterior que, por seu lado, iria corresponder à estrutura fundamental a adoptar por cada equipa na concepção do livro. O esquema ilustrava a intenção de Keil do Amaral fazer corresponder, quase directamente, os sete aspectos em que o inquérito deveria incidir, com uma estrutura de capítulos para o livro a seguir por cada uma das equipas, acrescentando a esses sete capítulos um “Um escrito curto com a definição geral dos propósitos do inquérito (feito pelo Sindicato)”, e uma conclusão. Este princípio aparece com ligeiras alterações no esquema com os “aspectos” indicados na carta dirigida ao Ministro das Obras Públicas.

Urbana e assim obteve o número sete. Sete é um número muito importante na filosofia sagrada; significa, harmonia, completo, perfeito, poderoso. Sete são os dias da semana, sete são as notas musicais, sete são as cores do arco-iris. Sete é um número associado à pesquisa, à análise, à lógica, ao estudo e à compreensão do mundo e do universo. Nos documentos seguintes o esquema foi sofrendo ligeiras alterações. Nos «Objetivos do Inquérito...»¹⁴ os sete «aspectos» do estudo não surgem na forma dum enunciado esquemático como apareciam em documentos anteriores¹⁵. Pela primeira vez aparecem as *condições geográficas* em substituição, das *condições do clima*. É de admitir que esta alteração se deva a Orlando Ribeiro que chegou a participar nas reuniões preparatórias do inquérito.

4. A HIERARQUIA DOS OBJETIVOS DO INQUÉRITO

A parte relativa aos objetivos propriamente ditos mais não é do que uma colagem de extratos de outros documentos anteriores, desde «Uma Iniciativa Necessária» (1947), até à carta enviada ao Ministro das Obras Públicas, em 1955, com o pedido de financiamento do inquérito¹⁶. Os objetivos estão dispersos, surgem em citações e numa mistura de considerações acerca do contexto e dos problemas com que os arquitetos se debatiam na ocasião. Esta opção, não só reduz a clareza com que cada um dos objetivos se apresenta, como afeta sobretudo a hierarquização e uma quantificação precisa, deixando alguma margem de ambiguidade para diferentes interpretações, que no entanto pode decorrer da tentativa de uma leitura atual, (ver Fig. 4). É bem possível que a importância relativa dos objetivos tivesse sido debatida entre os membros das seis equipas, quer em sessões prévias, quer durante a realização dos trabalhos.

Os objetivos não se limitavam a um simples esclarecimento; a tarefa consistia em «desfazer muitas das ideias falsas ou imprecisas a que a nossa pouca cultura abriu caminho – ideias que reduzem o problema da arquitetura regional portuguesa quase que a uma coletânea de elementos típicos para a composição de fachadas»¹⁷. Ou seja, não se tratava só do simples desejo de realização de um estudo pelo simples prazer de conhecer. Tratava-se duma ação pedagógica para depois agir em função do esclarecimento obtido. Havia ainda um objetivo mais ambicioso que se prendia

¹⁴ Documento de 10 páginas entregue pelo SNA às seis equipas antes de partirem para o trabalho de campo.

¹⁵ Inicialmente alguns dos «aspectos» são descritos num parágrafo relativamente curto e posteriormente, do primeiro ao sétimo, são apresentados e esclarecidos com algum detalhe.

¹⁶ Após uma tentativa falhada de financiamento para o Instituto da Alta Cultura, por Keil do Amaral, em 1949.

¹⁷ «Objetivos do Inquérito e Normas para a sua Realização», SNA, (1955), Lisboa, p. 3, AIARP/APP – *Ordem dos Arquitetos*, Lisboa.

Objectivos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa		
Objectivos principais	Dimensão ética	A Fazer beneficiar o país "...dum conjunto de edifícios mais úteis , mais coerentes e mais dignos." cf. p.3
Objectivo "final" (A)		B Libertar as obras dos arquitectos portugueses dos "...falsos regionalismos que as vêm amesquinhando, para ganharem, dentro duma indispensável actualização de concepções, um calor humano mais acessível à gente portuguesa e um enraizamento mais sólido em realidades nacionais." cf. p.3
Objectivo "fundamental" (B)		
Objectivos secundários ou "de esclarecimento"	Dimensão pedagógica	C "... conhecer cabalmente as maneiras como os habitantes das várias regiões conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais correntes de construção, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações..." p.1
		D "... analisar, depois, até que ponto as soluções típicas conservam actualidade, isto é, permanecem vivas e adquadas, funcional, económica e espiritualmente." p.1
		E "...estudar, esclarecer o problema da arquitectura regional portuguesa." p. 2
		F "... desfazer muitas das ideias falsas ou imprecisas a que a nossa pouca cultura abriu caminho - ideias que reduzem o problema da arquitectura regional portuguesa quase que a uma colectânea de elementos típicos para a composição de fachadas." p.3

Fig. 4. Quadro com os objetivos do IARP, a partir do documento «Objetivos do Inquérito e Normas para a sua Realização», SNA, (1955), Lisboa, AIARP/APP – *Ordem dos Arquitectos*, Lisboa.

com a redefinição do papel dos arquitetos e da arquitetura na sociedade portuguesa. Os arquitetos decidiram redefinir as suas ações enquadradas numa ética: a arquitetura ao serviço do bem-estar comum; o ato arquitetónico em função de valores. Os objetivos secundários (C, D, E, F) situam-se na dimensão pedagógica. Aí encontramos aqueles que aparentemente seriam mais fáceis de atingir, dado que estavam unicamente dependentes do total empenho dos arquitetos perante a necessidade de esclarecerem o problema da arquitetura regional. Deparamos também com o propósito de verificar em que medida a arquitetura regional era influenciada por um conjunto de fatores, (geográficos, económicos, sociais, costumes e tradições locais), problema que vinha desde a «casa portuguesa» e Raul Lino¹⁸.

Os objetivos principais (A e B) seriam os mais difíceis de atingir. Estavam dependentes não só dos arquitetos, mas também envolviam a classe política e a sociedade em geral. O documento já distinguia o objetivo *fundamental* (B), do

¹⁸ Ao longo dos vários textos que Raul Lino escreveu, sobretudo nos ensaios, foi abordando, em reflexões fragmentárias, as *condições que influenciam a arquitetura de cada região*. Se por um lado a *poética mistificadora da tradição arquitetónica popular* em Raul Lino, (RIBEIRO, 1994: 157) resulta de um distanciamento em relação à realidade no seu todo, por outro lado, Raul Lino ao longo da sua obra escrita foi definindo as *condições que influenciam a arquitetura de cada região*, o que poderá ter aberto caminho para a reflexão posterior acerca dos aspetos em que o inquérito deveria incidir.

objetivo *final*, (A). Com o primeiro pretendia-se ir mais longe «...que um simples desejo de esclarecimento», visando o livre exercício da arquitetura, a alteração da relação das condições de produção da arquitetura com o Estado e com as instituições, o fim da imposição de estilo e do portuguesismo na arquitetura. O objetivo final (A) tinha uma intencionalidade humanista de responsabilidade social que pretendia beneficiar o país dum conjunto de edifícios mais úteis, mais coerentes e mais dignos.

5. A DIMENSÃO ÉTICA DO INQUÉRITO

Nos dois objetivos principais, (A) e (B), ambos de longo prazo, as transformações éticas propostas no lançamento do Inquérito são de tal modo abrangentes, no que respeita ao envolvimento com a sociedade, que não cabiam no exclusivo interesse disciplinar, pois propunham uma rotura com os valores dominantes baseados no nacionalismo e no *reaportuguesamento* da arquitetura. O ideal ético desta proposta tinha como objetivo último o fim da moral vigente. Esse ideal não está claramente explícito no documento dos «Objetivos...». Embora esteja presente, não se afirma estruturadamente. Surge disperso em pequenos fragmentos. Contudo, quando se faz uma leitura atenta ao conteúdo desses fragmentos encontramos os elementos que integram a dimensão ética do Inquérito, sendo possível ensaiar a sua representação num organigrama (ver Fig. 5), que mais não é do que um método de compreensão da estrutura que a suporta e das correlações entre as principais ideias aí presentes. O ideal ético nascia do compromisso da *livre expressão*, única garantia para uma arquitetura baseada em três valores fundamentais: *Dignidade*, *Coerência*, *Utilidade*, que por seu lado, possibilitariam uma *atualização de conceções* e o surgimento de um *regionalismo humanista capaz de beneficiar o país*. Esta ética propunha uma redefinição de autenticidade a partir da pureza e espontaneidade da arquitetura regional. De acordo com Taylor¹⁹ «A moral em sentido corrente implica, obviamente, reprimir muito do que é básico e instintivo em nós, muitos dos nossos desejos mais profundos e fortes. Daí surge a modalidade da procura da autenticidade que se contrapõe à moral»²⁰. A moral do regime era exercida de variadíssimas formas. Podia ser ativada pela intervenção punitiva direta sobre a obra, isto é, podia consistir na mutilação e destruição de elementos artísticos já realizados, ou em fase de finalização, integrantes da obra de arquitetura, como foi o caso dos frescos²¹ de

¹⁹ TAYLOR, 1992: 74.

²⁰ NIETZSCHE, 1887: 74.

²¹ «Os dois frescos em questão da autoria de Júlio Pomar – alusivos às festas de São João – foram mandados tapar pela censura salazarista, em junho de 1948, que lhes apontou “conotações políticas dissonantes do

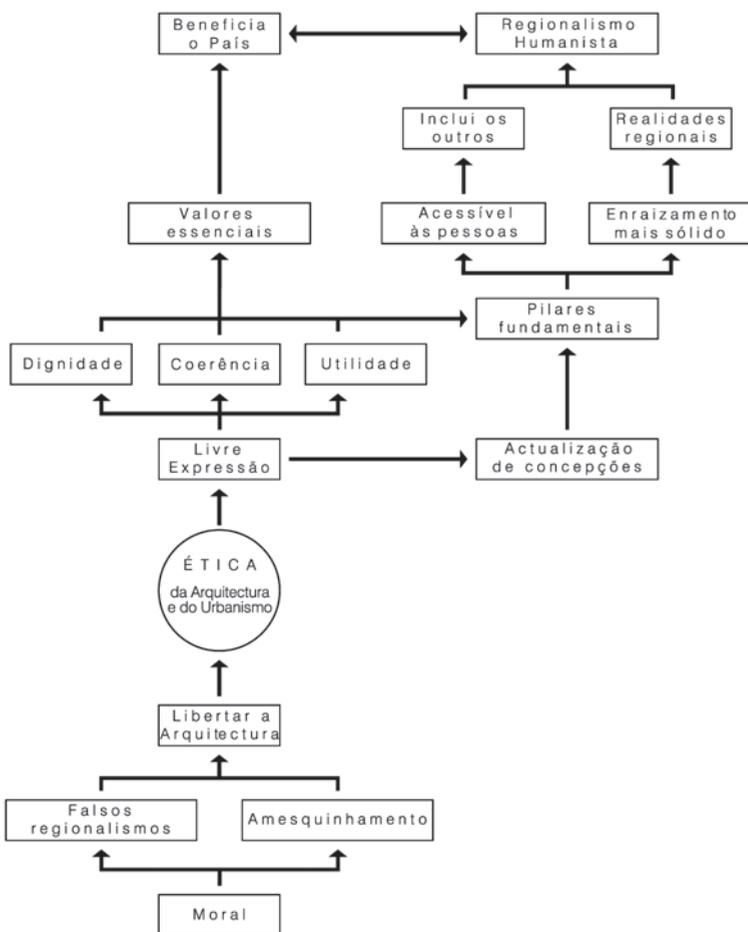


Fig. 5. Organigrama *Dimensão Ética do IARP*, a partir do documento «Objetivos do Inquérito e Normas para a sua Realização», SNA, (1955), AIARP/APP – *Ordem dos Arquitetos*, Lisboa.

Júlio Pomar pintados nos espaços interiores do Cinema Batalha (1947), no Porto, e da mutilação parcial do baixo-relevo²² aplicado na fachada do mesmo edifício, da autoria do escultor Américo Soares Braga. A moral era também exercida pela imposição de adaptação dos projetos, ou da sua correção construtiva, formal e funcional, por exemplo, a Lota de Setúbal, (1939), de Veloso Reis Camelo, e do Palácio dos CTT (1945-1959), em Lisboa, de Adelino Nunes. Moral que também consistia na negação de materialização, como foi o caso do projeto não construído

regime”», in artigo de Natália Faria, intitulado «Pinturas de Júlio Pomar no Cinema Batalha poderão ter sido danificadas», jornal «O Público», 04 de janeiro, 2006. A ordem de mandar cobrir os frescos foi dada pelo então Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Luís de Pina.

²² A adulteração da obra consistiu em retirar a foice à ceifeira e eliminar o martelo do operário.

do edifício para a Exposição Industrial Portuguesa de 1949, no Palácio de Cristal, Porto, de Artur Andrade.

A *perda de benefício para o país* com a negação de materialização deste último projeto, foi aliás um assunto focado num artigo publicado na revista «Arquitetura»²³, com a transcrição duma carta de apoio ao arquiteto Artur Andrade, assinada por um grupo de arquitetos de Lisboa – entre os quais quatro arquitetos que viriam a participar no «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa» (Keil do Amaral, Huertas Lobo, Artur Pires Martins, e Celestino de Castro)²⁴.

A referência ao amesquinamento que é feita no *objetivo fundamental* (B) é considerada resultante dos *falsos regionalismos*. Porém, estaria também na memória de muitos arquitetos a mesquinhez que resultava de uma profunda obsessão ideológica e cismática no controlo e neutralização da oposição política à ditadura. Aliás, o relato de Artur Andrade dos acontecimentos relacionados com a destruição dos frescos e a mutilação do baixo-relevo do Cinema Batalha é testemunho dessa obsessão²⁵.

Para concluir, Nietzsche considera que não existe um único sentido de punição e que hoje é impossível dizer em rigor por que razões afinal se exercem as punições²⁶. Todavia, há casos de «...punição enquanto festividade, nomeadamente enquanto violentação e rebaixamento do inimigo que por fim se conseguiu derrotar»²⁷. Ou, então «A punição enquanto sinal para a memória, seja para aquele a quem é aplicada – a chamada “correção” – seja para aqueles que assistem à aplicação»²⁸. Por isso, com o fim da moral vigente, com o fim das punições e da censura, o desejo do direito da tomada de decisão integral do projeto abriria a possibilidade de uma atualização de conceções liberta de constrangimentos. O *libertar a arquitetura* e o direito de decisão conceptual traria também novas responsabilidades. A ação e a prática profissional deveriam ficar vinculadas a um enraizamento mais sólido nas realidades regionais e aos valores essenciais (*dignidade, coerência, utilidade*), três pilares fundamentais da Arquitetura.

²³ COSTA, 1947: 6.

²⁴ Peres Fernandes, que também assinou a carta, viria a assumir a presidência do SNA em 1949, após a demissão de Keil do Amaral.

²⁵ Cf. entrevista do arquiteto Artur Andrade ao «Jornal de Notícias», 8 de junho, 2005. Para o Dr. Luís de Pina, então Presidente da C.M.P. as letras «C» e «B» gravadas nos puxadores não pretendiam significar *Cinema Batalha*, mas seriam abreviaturas de «Comité Bolchevista», razão pela qual também foram objeto de censura, obrigando à aplicação de novos puxadores sem letras.

²⁶ Cf. NIETZSCHE, 1887: 90.

²⁷ NIETZSCHE, 1887: 90.

²⁸ NIETZSCHE, 1887: 90.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS:

AIARP/APP – Arquivo do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa/Arquitetura Popular em Portugal, Ordem dos Arquitetos
 AML – Arquivo Municipal de Lisboa
 IARP – Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa
 SNA – Sindicato Nacional dos Arquitetos
 UIA – União Internacional dos Arquitetos
 AFPG – Arquivo Francisco Portugal e Gomes

BIBLIOGRAFIA

I) Monografias:

AA.VV (1961) – *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitetos.
 — (1953) – *Troisième Congrès de l'Union Internationale des Architectes. Rapport Final*, 1953, Lisbonne : Librairie Portugal.
 LOSA, Arménio (1953) – *Habitat. Section Portugaise. Rapport présenté par M. Arménio Losa, Architecte*. In *Troisième Congrès de l'Union Internationale des Architectes. Rapport Final*, 1953, Lisbonne: Librairie Portugal, p. 305-312.
 NIETZSCHE (1887) – *Para uma Genealogia da Moral*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, 2000.
 RIBEIRO, Irene (1994) – *Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitetura*. Porto: Edições Faup.
 TAYLOR, Charles (1992) – *A Ética da Autenticidade*. Lisboa: Edições 70, Lda. 2009.
 TOSTÕES, Ana (2013) – *Francisco Keil do Amaral*. Coleção Arquitetos Portugueses, série 2, Vila do Conde: Verso da História.

II) Publicações periódicas

AMARAL, Francisco Keil do (1947) – *Uma Iniciativa Necessária*. «Arquitetura», ano XX, 2ª série nº 14, abril de 1947, p. 12-13.
 ANDRADE, Artur (2005) – *Entrevista ao «Jornal de Notícias»*, 8 de junho de 2005, p.4.
 COSTA, F. Pereira, dir. e ed. (1947) – *Um Caso Digno de Menção*. «Arquitetura», n.º 17-18, 2ª Série, Ano XX, julho-agosto de 1947, p. 6.
 FARIA, Natália (2006) *Pinturas de Júlio Pomar no Cinema Batalha poderão ter sido danificadas*. In jornal «O Público», 04 de janeiro, 2006. Disponível em: <<https://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/pinturas-de-julio-pomar-no-cinema-batalha-poderao-ter-sido-danificadas-56547>>. [Consulta realizada em 12/01/2016].

III) Citação de fontes

AMARAL, Francisco Keil do (1954?) – *Manuscrito*. AIARP/APP – *Ordem dos Arquitetos*, Lisboa.
 AMARAL, Francisco Pires Keil do (2010/2015) – *Conversa com o arquiteto Pitum Keil do Amaral a propósito do «Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa»* – Entrevistas de Francisco Portugal e Gomes, Canas de Senhorim, 2010 / 2015, p. 2. AFPG – *Arquivo Francisco Portugal e Gomes*, Porto.
 SNA (1955) – *Objetivos do Inquérito e Normas para a sua Realização*. AIARP/APP – *Ordem dos Arquitetos*, Lisboa.